

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 3**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-56-0

DOI 10.22533/at.ed.560201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO E USO DO SMARTSCÓPIO: PONTES PEDAGÓGICAS ENTRE A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA	
Fernando Lourenço Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5602019031	
CAPÍTULO 2	9
AS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO MILITAR: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Patricia D'Azeredo Orlando Bacciotti	
DOI 10.22533/at.ed.5602019032	
CAPÍTULO 3	21
CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROCESSOS DE CRITICIDADE GERADORES DE TRANSFORMAÇÃO	
Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter Patricia Thoma Eltz	
DOI 10.22533/at.ed.5602019033	
CAPÍTULO 4	30
O PENSAMENTO SISTÊMICO E A PRÁTICA DOCENTE NOS PROCESSOS AVALIATIVOS	
Márcia Lopes Leal Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.5602019034	
CAPÍTULO 5	38
PARADIGMA DA COMPLEXIDADE – PRINCIPIOLOGIA DE AVALIAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.5602019035	
CAPÍTULO 6	48
UMA INTELIGÊNCIA POR TODAS	
Matheus de Barros Silva Cardoso Henrique Lílian Coutinho de Barcelos Geisa Fonseca de Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5602019036	

CAPÍTULO 7	53
“ENXERGANDO” LONGE A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO W3C: POSSIBILIDADES ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO NA WEB	
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos	

CAPÍTULO 8 64

A VELOCIDADE E LEGIBILIDADE DA ESCRITA MANUAL DE DISLÉXICOS EM UMA TAREFA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Natália Lemes dos Santos
Monique Herrera Cardoso
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.5602019038

CAPÍTULO 9 73

ACESSIBILIDADE DOS CONTEÚDOS EDUCACIONAIS *ONLINE* NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO ALUNO CEGO

Isolda Veronese Moniz Vianna Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.5602019039

CAPÍTULO 10 79

AS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

Taynara Maria Mendonça de Souza
Raquel Martins de Oliveira
Ana Maria Alves Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.56020190310

CAPÍTULO 11 90

COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR LUDOVICENSE (UFMA, UEMA, IFMA E UNICEUMA): UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Isabel Cristina dos Santos Diniz
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.56020190311

CAPÍTULO 12 102

CONCEPÇÕES DE CUIDADO PARA INDIVÍDUOS COM TEA: POSSIBILIDADES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Gabrieli Quevedo Meira
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini

DOI 10.22533/at.ed.56020190312

CAPÍTULO 13 115

DESEMPENHO ORTOGRÁFICO E METAFONOLÓGICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA MISTA APÓS INTERVENÇÃO: ESTUDO DE CASO

Gabriela Franco dos Santos Liporaci
Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.56020190313

CAPÍTULO 14	122
DIFICULDADE OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM: DIFERENCIANDO E COMPREENDENDO	
Miryan Cristina Buzetti Regiane da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.56020190314	
CAPÍTULO 15	128
NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Carolina Magro de Santana Braga Fabiana Maris Versuti	
DOI 10.22533/at.ed.56020190315	
CAPÍTULO 16	132
O ENSINO DA MÚSICA PARA ALUNOS SURDOS: UMA REVISÃO NACIONAL	
Brenda Novaes de Araújo Miryan Cristina Buzetti	
DOI 10.22533/at.ed.56020190316	
CAPÍTULO 17	139
O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BUSCA DE UM DIAGNÓSTICO PRECOCE VISANDO A INCLUSÃO	
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa Shirlena Campos de Souza Amaral Viviane de Oliveira Freitas Lione Cristina Maria Carvalho Delou Danielle Gonçalves Novelli Nadir Francisca Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.56020190317	
CAPÍTULO 18	155
PRÁTICAS REALIZADAS POR UNIVERSITÁRIOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS	
Tamara Aretta Mauerberg Teche de Farias Carolina Molena Rita de Cássia Petrenas Carlos Eduardo Romano	
DOI 10.22533/at.ed.56020190318	
CAPÍTULO 19	163
USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: PRATICANDO ACESSIBILIDADE	
Isabel Cristina dos Santos Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.56020190319	

CAPÍTULO 20	174
A GRAMÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO FLE: SEU LUGAR DE DIREITO	
Edson José Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56020190320	
CAPÍTULO 21	187
A ORIGEM DO UNIVERSO, DO PLANETA TERRA E DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Marcos Vinícius Ferreira Vilela Edimarcio Francisco da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.56020190321	
CAPÍTULO 22	198
APROPRIAÇÕES, USOS E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: ARTES E OFÍCIOS NA PRAÇA SETE NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE	
Alexandra Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56020190322	
CAPÍTULO 23	214
A CULTURA CIRCENSE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	
Sintia Otuka Rossi Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge Maria do Carmo Monteiro Kobayashi	
DOI 10.22533/at.ed.56020190323	
CAPÍTULO 24	221
DISCALCULIA: PINTANDO, CONSTRUINDO E COMPREENDENDO A TABUADA DE MULTIPLICAÇÃO	
Ana Paula de Souza Ewerson Tavares da Silva Gabriela Silva Lemes Jordana de Oliveira do Amaral Luciana Alves da Costa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56020190324	
CAPÍTULO 25	235
ODONTOLOGIA UNIFSP NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alessandra Rigotti Menezes Vinicius Humberto Nunes Luciene Patrici Papa Eduarda Gimenes Correa	
DOI 10.22533/at.ed.56020190325	
SOBRE O ORGANIZADOR	242
ÍNDICE REMISSIVO	243

COMPORTAMENTO INFOCOMUNICACIONAL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR LUDOVICENSE (UFMA, UEMA, IFMA E UNICEUMA): UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Data de aceite: 11/03/2020

Isabel Cristina dos Santos Diniz

Departamento de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Maranhão
isantosdiniz70@gmail.com

Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Departamento de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Maranhão
rai.raioluar@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa objetiva compreender os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados pelos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) em São Luís, estado do Maranhão, e discutir o seu contributo para a entrada, permanência e conclusão dos percursos formativos desses estudantes. Considerando a relevância de estudos voltados para identificar e compreender o comportamento infocomunicacional dos estudantes com deficiência, apresenta-se as seguintes questões: Quais os ambientes informacionais tradicionais e/ou digitais (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, plataformas digitais, bibliotecas digitais, repositórios institucionais, entre outros) utilizados pelos estudantes com deficiência? Quais os tipos de comportamento infocomunicacional apresentados pelos

estudantes universitários com deficiência no processo de busca, acesso e uso de informações? Quais as tecnologias assistivas (TA) e as estratégias disponibilizadas pelos mais variados tipos de ambientes informacionais para o atendimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência? As TA e as ações desenvolvidas pelas IES atendem às necessidades infocomunicacionais dos estudantes com deficiência? Esta pesquisa centra-se no paradigma fenomenológico/interpretativo, com abordagem quantitativa/qualitativa. Os resultados permitirão traçar um panorama das TA disponibilizadas pelas IES, cenários desta pesquisa, bem como os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados pelos estudantes com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento infocomunicacional, Estudantes com deficiência, Acessibilidade, Ensino superior, Inclusão.

INFOCOMUNICATIONAL BEHAVIOR
OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN
LUDOVICENSE HIGHER EDUCATION
(UFMA, UEMA, IFMA AND UNICEUMA):
RESEARCH PROPOSAL

ABSTRACT: This research aims to understand the types of infocommunicational behavior presented by students with disabilities in Higher Education Institutions (HEIs) in São Luís, state

of Maranhão, and to discuss their contribution to the entry, permanence and completion of the training courses of these students. Considering the relevance of studies aimed at identifying and understanding the infocommunicational behavior of students with disabilities, the following questions are presented: What are the traditional and / or digital information environments (libraries, archives, documentation centers, digital platforms, digital libraries, repositories institutional, among others) used by students with disabilities? What are the types of infocommunicational behavior presented by university students with disabilities in the process of searching, accessing and using information? What are the TA and the strategies provided by the most varied types of informational environments for the care and monitoring of students with disabilities? Do TA and the actions developed by HEI meet the infocommunication needs of students with disabilities? This research focuses on the phenomenological / interpretative paradigm, with a quantitative / qualitative approach. The results will allow an outline of the TA provided by HEI, scenarios of this research, as well as the types of infocommunicational behaviors presented by students with disabilities.

KEYWORDS: Infocommunicational behavior, Students with disabilities, Accessibility, Higher education, Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que todos têm direito a ter acesso ao ensino superior, importa dar condições às pessoas, principalmente aquelas que possuem algum tipo de deficiência ou limitação, permanente ou temporária, entrem e permaneçam na universidade. Para tanto, esta deve desenvolver projetos de acessibilidade e promover ações inclusivas, procurando respeitar as diversas diferenças e promovendo propostas inovadoras voltadas para a concretização da inclusão. Às pessoas com deficiência, torna-se necessário oferecer as mesmas oportunidades de participação e inclusão social, mediante suas necessidades e condições, sem distinção, contribuindo, dessa forma, para sua formação cognitiva e social.

É urgente entender, de uma vez por todas, que o acesso à informação é direito de todos, a fim de que possam usufruir de forma plena dos seus direitos enquanto cidadãos. Para que isso se concretize é necessário às pessoas com deficiências tecnologias assistivas (TA) apropriadas à busca, acesso e uso de informações, possibilitando-lhes comportamentos infocomunicacionais apropriados para interagirem, se comunicarem e produzir informações em ambientes digitais.

A apropriação desses comportamentos possibilitarão aos estudantes universitários uma formação profissional adequada para exercerem as suas atividades cotidianas de aprendizagem, lazer, comunicação e trabalho. Daí a necessidade e relevância desta proposta de pesquisa no sentido de avaliarmos as reais condições das IES a serem investigadas, como espaços de pesquisa, ensino e aprendizagem,

tendo como parâmetros as dimensões da acessibilidade supracitadas por Sasaki (2005).

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Problema

Considerando a relevância de estudos voltados para identificar e compreender o comportamento infocomunicacional dos estudantes com deficiência, a partir das reflexões e experiências das pesquisadoras, apresentamos as seguintes questões que contemplam esta proposta: Quais os ambientes informacionais tradicionais e/ou digitais (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, plataformas digitais, bibliotecas digitais, repositórios institucionais, entre outros) utilizados pelos estudantes com deficiência? Quais os tipos de comportamento infocomunicacional apresentados pelos estudantes universitários no processo de busca, acesso e uso de informações? Quais as TA e as estratégias disponibilizadas pelos mais variados tipos de ambientes informacionais para o atendimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência? As TA e as ações desenvolvidas pelas IES atendem, de fato, às necessidades infocomunicacionais dos estudantes com deficiência?

2.2 Objetivos

Considerando o enquadramento das questões de investigação, temos como objetivo geral: compreender os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados pelos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) em São Luís, estado do Maranhão, e discutir o seu contributo para a entrada, permanência e conclusão dos percursos formativos desses estudantes.

A partir deste objetivo, delineamos os objetos específicos: a) Identificar as experiências, ações e casos de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pelas IES; b) Identificar as estratégias utilizadas nas experiências de uso de tecnologias e soluções acessíveis desenvolvidas pelas IES para o atendimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência; c) Analisar os tipos de comportamentos infocomunicacionais desses estudantes a partir de experiência e casos de uso de TA e de soluções acessíveis disponibilizadas pelas IES; e d) Identificar e verificar se essas experiências atendem às necessidades infocomunicacionais desses estudantes.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa centra-se no paradigma fenomenológico/interpretativo, com

abordagem quantitativa/qualitativa. Estudamos, assim, as ações e estratégias de acessibilidade e inclusão desenvolvidas para os alunos com deficiência pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e Universidade CEUMA (UNICEUMA), tendo em vista a necessidade de avaliarmos os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados por esses estudantes na busca, acesso e uso de informações disponibilizadas nos mais variados tipos de ambientes digitais.

Desse modo, utilizaremos para a coleta de dados visando responder às questões de investigação e os objetivos traçados, os seguintes instrumentos:

- No primeiro momento, a observação será usada para detectar a situação da acessibilidade arquitetônica interna e externa dessas IES. Depois a observação será utilizada para identificar como os estudantes com deficiência se comportam no processo de busca e apreensão das informações.
- Entrevista semidiretiva direcionada aos estudantes com deficiência e aos gestores das IES responsáveis pelos Núcleos de Acessibilidade e pelas Bibliotecas, Bibliotecários, docentes, e Coordenadores de Curso.

3.1 Lócus e Sujeitos da Investigação

O *locus* desta proposta de investigação situa-se na cidade de São Luís, estado do Maranhão, tendo como cenários a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e Universidade CEUMA (UNICEUMA). Os sujeitos a serem investigados serão os estudantes com deficiência, os gestores das bibliotecas e dos núcleos de acessibilidades, os bibliotecários, os coordenadores dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelados) e os docentes.

4 | REFERENCIAL TEÓRICO

A literacia digital proporciona aos sujeitos que atuam nas mais variadas áreas do conhecimento, competências informacionais e múltiplas possibilidades de se comunicar, viver, aprender, ensinar, trabalhar, pesquisar e compartilhar, em uma Sociedade em Rede, direcionando o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis para as suas áreas específicas de conhecimento e trabalho.

Para a área da Ciência da Informação (CI) a palavra informação tem uma “dupla funcionalidade semântica”. Como fenômeno humano e social busca compreender “tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)” (SILVA,

2006, p.150). E como objeto científico e fenômeno social contemporâneo, com base no Paradigma Pós-Custodial, Informacional e Científico, propicia a relação entre sujeitos infocomunicacionais e meios. Entretanto, torna-se necessário compreender nesse Paradigma “o papel do suporte informacional (documento), sua função social e “relação essencial com o ser humano” (SILVA et al, 2011, p.107).

O comportamento informacional pode, então, ser definido “como o modo de ser ou de reagir de uma pessoa ou de um grupo numa determinada situação e contexto, impelido por necessidades induzidas ou espontâneas, no que toca relativamente à produção/ emissão, recepção, memorização/ guarda, reprodução e difusão de informação” (SILVA, 2006, p.143).

Nesse sentido, os sujeitos serão capazes de desenvolver inúmeras habilidades apropriadas ao manejo dos mais variados tipos de recursos informacionais. Isso exige a aquisição de conhecimentos, bem como valores que possibilitem aos cidadãos o reconhecimento das suas “necessidades informacionais” para que possam “avaliar”, e se apropriarem das informações e/ou conhecimentos recuperados, tendo “atitudes para pensar criticamente diante do universo informacional” (CONEGLIAN et al. 2010, p.260).

Referentes às competências em informação e comunicação, encontram-se as competências operacionais, que de certa forma, estão relacionadas ao manuseio de computadores e outros equipamentos eletrônicos. Para o desenvolvimento desta competência é necessário conhecimento “básico de hardware, software e redes”. A utilização desses artefatos demanda competências operativas do sujeito para entendê-las e usá-las, assim como para adequá-las às suas necessidades. (BORGES; GARCIA-QUISMOND, 2015, p.4).

Para Borges e Garcia-Quismond (2015, p.6), não existem limites inflexíveis entre as competências informacionais, comunicacionais e operacionais, pois, no “processo de apropriação da informação”, essas competências operam em conjunto. Por exemplo, um determinado sujeito ou grupo apresenta “dificuldades operacionais de utilizar mecanismos de comunicação e estabelecer um diálogo mais próximo com os seus interlocutores; assim como a deficiência em operar recursos para a produção de conteúdo pode repercutir na capacidade de criar conteúdos”.

Nesse sentido, o fato de um determinado indivíduo possuir proficiência em competências operacionais, não o habilita a se apropriar de forma crítica e analítica das informações disponíveis nos mais variados tipos de ambientes digitais. Levando em consideração que, para nos beneficiarmos dos mais variados tipos de recursos digitais, necessitamos de competências a fim de possibilitarem o uso pleno desses recursos para que possamos nos tornar integrantes ativos dos “processos decisórios da sociedade”, nada mais do que o exercício pleno da cidadania nesses ambientes (BORGES; GARCIA-QUISMOND, 2015, p.6).

Desse modo, destacamos também os estudos de comportamento infocomunicacional no cenário internacional, originando e difundindo essa nomenclatura, a partir de estudos e publicações científicas geradas no contexto português, por pesquisadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, por meio do Doutorado em Informação e Documentação em Plataformas Digitais, vinculado às duas Instituições já referidas (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2014).

Enfatizamos as principais tendências dos estudos de comportamentos infocomunicacionais, tomando como base os estudos de Oliveira (2011) e Borges et al. (2012), apresentados por Costa, Silva e Ramalho (2014, p.159-160), dentre essas merecem destaque:

- perceber que seu problema é passível de ser solucionado com informação;
- conhecer as principais fontes de informação e os canais de comunicação de acordo com as suas necessidades (plataformas digitais, bases de dados *online*, repositórios institucionais, entre outros...)
- compreender os diferentes formatos de informação;
- diferenciar informação factual de opinião;
- selecionar informação pertinente;
- comparar informações entre si e com o conhecimento prévio;
- manter um senso de orientação entre as várias fontes;
- demonstrar capacidade de seleção e reaproveitamento de conteúdo, considerando os aspectos éticos e legais;
- criar conteúdos/ produtos informacionais (vídeos, áudios, imagens, textos...);
- comunicar conteúdos/ produtos informacionais em ambientes digitais;
- conseguir expressar suas ideias;
- compartilhar informações, vivências, experiências em *social media*;
- conseguir trabalhar em cooperação via sistemas organizacionais *online* às *media*;
- argumentar e defender opiniões;
- compreender as consequências de uma publicação *online*.

Nesse contexto, Borges e Garcia-Quismond (2015) apresentam no Quadro 1, os componentes integrantes das competências infocomunicacionais, representadas pela junção das competências operacionais, informacionais e comunicacionais apresentadas acima, fruto de estudos desenvolvidos pelo Grupo de pesquisa denominado Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicação, e Conhecimento (GEPICC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2014). Tais componentes apresentam-se em consonância com a literatura científica predominante desta área em estudo.

Competências	Componentes O usuário sabe ou é capaz de...
Operacionais	Operar computadores e aplicativos
	Operar um navegador na internet
	Operar motores de busca de informações
	Operar mecanismos de comunicação
	Operar recursos para produção de conteúdo
Em Informação	Perceber uma necessidade de informação
	Acessar informações
	Avaliar a informação
	Organizar a informação
	Criar conteúdo
	Autoavaliar a competência em informação
Em Comunicação	Estabelecer e manter comunicação
	Criar laços sociais
	Construir conhecimento em colaboração
	Avaliar a comunicação

Quadro 1 - Síntese das competências infocomunicacionais

Fonte: (BORGES; GARCÍA-QUISMOND, 2015, p.4).

Assim, as competências infocomunicacionais, relacionam-se ao *know-how* adquirido pelos indivíduos “para o acesso e uso da informação, bem como a sua comunicação com outros atores sociais”. Isso se traduz como o efetivo exercício da cidadania, que se concretiza pela capacidade dos indivíduos em perceberem os fatos reais, e agirem como intervenientes nas deliberações coletivas, com criticidade em prol da obtenção de resultados e benefícios positivos, o que demanda em capacidade para “acessar, compreender, assimilar, usar e comunicar informações em seu benefício e de sua comunidade”. Tais aspectos requerem o controle dessas competências representadas pela integração e participação social nos “processos decisórios da sociedade” (BORGES; GARCÍA-QUISMOND, 2015, p.4; LIMA; BRANDÃO, 2016).

Evidenciamos, desse modo, a necessidade das pessoas com deficiência usufruírem dos mais variados tipos de ambientes digitais apropriados ao ensino, pesquisa e aprendizagem. Para tanto, é necessário que estas pessoas possuam competências já evidenciadas no quadro 1, com vistas a desenvolverem comportamentos infocomunicacionais propícios ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem inclusiva e acessível.

Nesse contexto, para a Lei Brasileira de Inclusão e acessibilidade consiste na possibilidade de dispor condições favoráveis que permitam a “segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços

e instalações abertas ao público, de uso público ou privados” para a pessoa com deficiência ou com algum tipo de limitação (BRASIL, 2015, p.20).

Assim, com base no Decreto N° 5.296/2004, a pessoa com deficiência se enquadra nas seguintes categorias:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho.
- e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 2004, p.1).

Cabe destacar, no entanto, que existe uma controvérsia sobre deficiência mental e/ou intelectual, principalmente no Brasil, onde o termo “intelectual” pode ser considerado uma atualização do termo “mental”, como também podem ser considerados termos distintos, ressaltando que as pessoas com transtornos psicossociais ou usuários da saúde mental deveriam também ser contempladas. Esta questão não ficou clara nem na Lei Brasileira de Inclusão brasileira (SETUBAL; FAYAN, 2016).

No entanto, apesar de as investigações sobre a temática já terem se estendido há mais de cinquenta anos, as questões ainda demandam muitos estudos e reflexões, haja vista que o contexto histórico das pessoas com deficiência advém de eras remotas.

Dessa forma, o modelo social de deficiência evidencia que esta deve ser vista como um acontecimento que se passa durante o processo de interação social da pessoa com deficiência, externo ao indivíduo. Apresentando-se como algo criado pelas estruturas sociais, que Bourdieu denomina de *instâncias (agências) tradicionais de socialização* (SETTON, 2002), responsáveis por ditar as regras e a normalização de conduta do indivíduo, perpetuando, também, certas práticas abusivas e exclusivas.

Dessa forma, o modelo social de deficiência afirma que a intervenção deve ser feita na sociedade, na tentativa de adequá-la à realidade da pessoa com deficiência, além de exaltar que a diversidade e diferença devem ser celebradas como uma forma de ver o indivíduo em sua estrutura lógica, que é o de um ser único, portanto, diferente (OLIVER, 1996).

Esta luta não se restringe apenas às pessoas com deficiências, mas a toda a sua família e sociedade. Entre esses protagonistas encontram-se, também, as instituições de ensino, onde é de notar que houve um aumento gradativo das pessoas com deficiência quanto ao acesso à educação, conforme indicadores divulgados pelo MEC/INEP. No ano de 2016 foram realizadas 75.059 matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Médio: um salto diferencial, pois em 2013 foram efetuadas 48.589 matrículas (INEP, 2017). Quanto ao acesso dessas pessoas ao ensino superior, este cresceu de 27.143 ingressos em 2012 para 37.927 ingressos em 2015. Ressalta-se ainda que a maior incidência de matrículas ocorre na Região Sudoeste com 12.928 (correspondendo a 34,1%), seguido pela Região Nordeste com 11.751 (correspondendo a 31%) dos registros (INEP, 2016).

Assim, as instituições de ensino superior respondem pela responsabilidade social de integrar essas pessoas a sociedade, através da educação apropriada com professores qualificados a usuários de tecnologias assistivas (TA), bem como estabelecimentos de ensino acessíveis que contemplem todas as dimensões da acessibilidade, conforme contextualizada por Sasaki (2005, p. 4):

- **Acessibilidade arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.
- **Acessibilidade comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook* e outras TA para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).
- **Acessibilidade instrumental:** sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.).
- **Acessibilidade programática:** sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.
- **Acessibilidade atitudinal:** através de programas e práticas de sensibilização e

de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Considerando, o pensamento de Vygotsky (1994), podemos levar em conta os recursos de acessibilidade, tal como as TA, como mediações instrumentais para a constituição da pessoa com deficiência, enquanto sujeito dos seus processos, potencializando sua interação social, e viabilizando a possibilidade de essas pessoas se relacionarem, de entender e serem entendidas, de comunicar-se com os demais, impulsionando o seu desenvolvimento na sociedade.

Nesta particular investigação, TA designa “qualquer equipamento, produto, sistema ou serviços, que ajude no desenvolvimento das atividades das pessoas com limitações físicas, sensoriais, motoras e com outras disfunções ou restrições, que dificultem sua autonomia nas atividades do cotidiano” (VIGENTIM, 2014, p.41). Trata-se de um recurso considerado como uma alternativa viável para possibilitar às pessoas com deficiência superar suas dificuldades e limitações para desenvolver suas atividades, de forma segura e independente, na sua vida cotidiana, favorecendo sua locomoção, aprendizagem, comunicação, lazer e trabalho.

É de notar que TA é um recurso tecnológico, pois vai além de mero dispositivo, equipamento ou ferramenta, compreendendo no conceito também os processos, estratégias e metodologias que são empregados, tal como determinado pelo enquadramento legal norte-americano - Public Law 108-364 (2004).

Desse modo, a inclusão social de pessoas com deficiência é uma temática que tem sido discutida no contexto da Sociedade em Rede, particularmente no que respeita à sua relação com os processos de ensino e aprendizagem nos ambientes educativos (RODRIGUES, 2015; TRAQUEIA, 2015). É particularmente relevante no contexto de instituições de ensino superior (IES), já que as suas práticas e políticas socio educacionais visam ao exercício pleno da cidadania de estudantes que possuem algum tipo de deficiência.

Em consonância com o texto acima, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), proclama o direito à educação para todos sem distinção, reforçada pela Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2005) e pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), o reconhecimento da educação como bem de direito e dever de todo cidadão nos respectivos territórios, independentemente de qualquer tipo de limitação ou deficiência que estes apresentarem.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este estudo é uma proposta de pesquisa em andamento, em trâmite pelas instâncias normativas da UFMA, seus resultados permitirão traçar um

panorama das TA disponibilizadas pelas IES, cenários desta pesquisa, bem como os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados pelos estudantes com deficiência.

No que diz respeito aos resultados, estes também nos possibilitarão perceber quais os mecanismos estão sendo utilizados na aquisição, gestão e implementação das TA em ambientes de ensino, aprendizagem e pesquisa; identificar se existem profissionais capacitados para lidar com esses estudantes com deficiência; além de permitirem um mapeamento sobre a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal desenvolvida pelas IES estudadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. ; GARCÍA-QUISMOND, M.Á.M. Competências infocomunicacionais para acesso e uso da informação. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12 e CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, v.2, n.1, p.1–10.2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaoofederal1988.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos par. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. *Lei brasileira de inclusão (LBI): estatuto da pessoa com deficiência - Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015*, Brasília. Disponível em: <http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CONEGLIAN, A.L.O.; SANTOS, C.A. dos; CASARIN, H. de C.S. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIN, M. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 255–275. Available at: http://books.scielo.org/id/j4gkh%5Cnhttp://files/373/Gestao_mediacao_e_uso_da_informacao.pdf.

COSTA, L.F. da; SILVA, A.C.P. da; RAMALHO, F.A. Comportamento infocomunicacional. In: DUARTE, E.N.; LIARENA, R.A. da S.; LIRA, S. de L. (org.) **Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a inteligência organizacional**. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2014. p.149-203.

LIMA, J.B. de ; BRANDÃO, G. da S. Análise das competências infocomunicacionais a partir da metaliteracy : um estudo com arquivistas 1. *Ci.Inf.*, 2016. p.15–25. Available at: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3798>.

OLIVER, M. Understanding disability: From theory to practice. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, n. 23, v. 3, p.192, 1996.

ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. , p.7. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/DOCUMENTS/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

RODRIGUES, F.D.F. *Universidade inclusiva e o aluno com necessidades especiais a investigação realizada em Portugal*. 2015. 62 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Universidade da Madeira, Portugal. 2015.

SASSAKI, R.K. Inclusão: o paradigma do século XXI. *Inclusão - Revista de Educação Especial*, p.19–23. 2005.

SETTON, M.D.G.J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, p.60–70, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005 Acesso em: 22 jul. 2018.

SETUBAL, J.M.; FAYAN, R.A.C. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada F. FEAC*, ed., Campinas, 2016.

SILVA, A.M. da. *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico* Porto, Portugal: CETAC, 2006.

SILVA, L.L. da et al. Reflexões teóricas sobre o comportamento informacional na era pós-custodial: perspectiva para um estudo de utilizadores em redes sociais na internet. *In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC*, 5. p. 106–115. 2011. Available at: <http://eprints.rclis.org/23036/>.

TRAQUEIA, A.F.M.M. *Inclusão de Estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Aveiro, Portugal. 2015.

VIGENTIM, U.D. *Tecnologia Assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho.” Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara , 2014, 123 p.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 5. ed. São Paulo: Ed. M. Fontes, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 73, 75, 76, 77, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 158, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173

Aprendizagem 3, 6, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 27, 31, 35, 36, 38, 40, 48, 50, 52, 55, 59, 62, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 96, 98, 99, 100, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 143, 157, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 193, 195, 214, 216, 217, 219, 222, 223, 224, 234, 237

Artes 12, 24, 28, 52, 71, 114, 198, 207, 208, 212

Atribuições 9, 17, 18, 103, 158

Avaliação 15, 16, 18, 19, 20, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 60, 65, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 98, 100, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 124, 127, 128, 130, 151, 153, 162, 193, 194, 195, 196, 208, 222, 234

C

Campos de Experiência 214, 215, 219

Cego 73, 76, 77

Compreensão do Professor 122

Computador 56, 73, 76, 98

Concepções de Autismo 102, 141

Criatividade 5, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 215, 216, 218

Cultura Circense 214, 216, 219

D

Diagnóstico Precoce 139, 140, 153, 239

Dificuldade de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127

Discalculia 124, 125, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 233, 234

Dislexia 65, 66, 67, 70, 71, 115, 116, 124, 125, 231, 232

E

Educação Especial 9, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 101, 113, 124, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 157, 158, 162

Educação Inclusiva 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 128, 129, 130, 131, 132, 158, 162

Educação Infantil 85, 113, 128, 130, 196, 214, 215, 217, 218, 219, 220

Educação Profissional 21, 22, 24, 26, 28, 194

E-Learning 73, 78

Ensino Inclusivo 129, 221

Escrita 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 98, 115, 117, 118, 120, 126, 179, 182, 183, 185, 194, 212

Escrita Manual 64, 65, 66, 67, 70

Espaços Centrais 198, 201

Estudos CTS 21, 28

F

Formação de Professores 8, 128, 157, 158, 160, 162, 187, 189, 190, 191, 195

Francês 174, 175, 180, 181, 182, 184, 185, 200

G

Gramática 15, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

I

Inclusão 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 136, 139, 140, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 169, 170, 172, 222, 223, 233

Inteligências Múltiplas 48, 49, 50, 52, 98

Interação Pessoa 73, 76

L

Leitura 33, 66, 68, 101, 106, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 133, 164

Língua Estrangeira 174, 175, 177, 182, 184, 185

M

Métodos de Estudo 48

Militar 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 189, 209

Música 132, 133, 134, 135, 136, 137, 218

N

Neurobiologia do Autismo 140

Neurociência 128

O

Ofícios 198, 204, 205, 206, 212

P

Papel 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 36, 48, 49, 84, 88, 94, 104, 107, 110, 128, 129, 136, 159, 166, 170, 174, 176, 177, 184, 192, 199, 217, 218, 239, 240

Patrimônio Cultural 198, 205, 215, 216

Pedagogo 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 124, 242

Pensamento Sistêmico 30, 32, 36, 37

Políticas de Financiamento 79, 80, 83, 87

Prática Docente 3, 30, 160, 222, 233

Psicologia Histórico-Cultural 102, 103, 107, 112

S

Surdez 132, 133, 134, 135, 136, 137

T

Tabuada Geométrica 221, 223, 224, 225, 226, 233, 234

TEA 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 140, 141, 142, 144, 153

Tecnológica 3, 21, 22, 24, 26, 28, 40, 164

Transtorno de Aprendizagem 122, 123, 124, 125, 126, 127, 223, 224

Transtorno do Espectro Autista 102, 106, 139, 155, 156, 159

U

UX 73, 74, 76, 78

 **Atena**
Editora

2 0 2 0